

PAINEL DE ABERTURA

PLANO BRASIL EM AÇÃO – EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

COMPOSIÇÃO DA MESA

Antônio Kandir, Ministro do Planejamento e Orçamento.

Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

Antônio Maria da Silveira, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia – ANPEC.

Nilton Moreira Rodrigues, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

Afonso Henriques Ferreira, Coordenador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Francisco Ramos, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia – PIMES, da Universidade Federal de Pernambuco.

João Damásio, Coordenador do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia.

Lúcia Maria Góes Moutinho, Coordenadora do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba.

David Ferreira Carvalho, Coordenador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Marcos Holanda, Coordenador do Curso de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará.

Mônica Clark Nunes Cavalcante, Secretária de Planejamento do Estado do Ceará.

Byron Costa de Queiroz

Em primeiro lugar, quero dar as boas vindas a todos e agradecer o atendimento ao nosso convite para estarmos juntos nestes dois dias de realização do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, que acontece de maneira integrada com o II Encontro Regional de Economia, sob os auspícios da ANPEC, com a qual temos a satisfação de partilhar esta promoção.

Creio que é um evento que já nasce bem sucedido, que tem neste primeiro passo, esta manhã, um fator irreversível de sucesso, podendo-se destacar, como a síntese deste momento, o comparecimento de S. Exa. o Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Kandir, que, num momento tão delicado de suas atividades em Brasília, vem nos prestigiar com sua presença, configurando a importância que o governo atribui ao desenvolvimento nacional equilibrado e a forma apropriada com que encara essa questão.

O comparecimento aqui, hoje, do ministro Antônio Kandir coincide também com um marco importante em acontecimentos da maior relevância para o País. Apesar de a opinião geral considerar as questões de eventuais turbulências, ou pseudoturbulências, com muito mais ênfase e realce do que os passos seguros, concretos e firmes, que vêm sendo dados ao longo do atual governo, no sentido da construção não só da estabilidade mas da retomada do processo de desenvolvimento sustentável do País, o dia de ontem atestou que a preservação dos valores essenciais está ocorrendo porque a sociedade amadurece; e seus representantes no Congresso Nacional procuram refletir os anseios advindos desse amadurecimento, enfim, o desejo do povo brasileiro, como construtor deste País que, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, se insere no processo de modernidade, de competitividade e merece o respeito das nações do mundo como um todo, porque o governo tem o apoio e, acima de tudo, o estímulo da sociedade.

Tivemos a aprovação ontem, do primeiro passo, muito concreto, da reforma do Estado, com a regulamentação da quebra do monopólio do petróleo, acontecida no Senado, e a prorrogação, como um imperativo indispensável, do Fundo de Estabilização Fiscal, ocorrida na Câmara dos Deputados. A forma mais do que corajosa, coerente, com que o presidente Fernando Henrique Cardoso vem não só pregando mas realizando o seu compromisso com o processo de ajuste fiscal do Estado deixa bastante clara a inarredável disposição, e até obstinação, de seu governo, de considerar a organização das finanças como pré-requisito indispensável não só para o plano de estabilização como para a construção deste País, que nós queremos que aconteça logo, com a retomada de seu desenvolvimento. Ficou também definido ontem, claramente, que o produto das privatizações, obtido nesse bem sucedido processo, conduzido também pelo ministro Antônio Kandir, reverterá para o saneamento das finanças públicas.

Acho, então, que tudo isso se insere muito bem na temática que será discutida nesses dois dias, sobretudo porque – aqui não é uma homenagem, é um testemunho – um dos grandes artífices desse processo, um dos grandes auxiliares do Presidente da República, o coordenador desse momento de transformação por que passa a condução da gestão pública no País é o Dr. Antônio Kandir, seja no processo de estabilização como um todo, por força de suas funções institucionais, seja, acima de tudo, pelo caráter inovador com que ele vem empreendendo a administração de seu Ministério.

Isso se torna muito claro ao analisarmos, por exemplo, a execução do programa Brasil em Ação; a forma moderna como foram elencados e vêm sendo conduzidos os 42 projetos prioritários, recebendo um tratamento matricial focado em resultados, em etapas, em cronogramas, na ansiedade de concluir, de fazer, de realizar. Portanto, ministro Kandir, receba aqui o nosso respeito, nossa admiração e a convicção de que, como agentes do governo que somos, uma vez que temos

muito a ver com o próprio desdobramento de uma série de ações a nível da Região, o senhor conta com o Banco do Nordeste como, mais do que um aliado, um parceiro; e hoje teremos oportunidade de aprofundar cada vez mais esse relacionamento tão salutar, que já vem acontecendo e que poderá se ampliar.

Por outro lado, o sucesso deste evento está atestado pela própria configuração dos seus participantes. Há uma relação de complementaridade bastante salutar: pensadores, pós-graduados em diversas áreas do conhecimento e da ação voltados para as questões relacionadas com o desenvolvimento; integrantes de órgãos públicos, que têm a função de fazer com que idéias sejam convertidas e transformadas em programas, em ações no eixo institucional dos diversos níveis de governo: municipal, estadual e federal; representações empresariais, que efetivamente são peças indispensáveis como agentes produtivos e, por que não dizer, as forças motrizes do mundo moderno, que tem cada vez menos de depender de recursos públicos, mas que tem que ser um grande preparador do ambiente para o investimento privado – o papel dos empresários é fundamental nesse processo; e, finalmente, as representações políticas, que vão participar tanto a nível dos painéis e dos debates como da sessão de encerramento, que acontecerá no final do dia de amanhã.

Essa sessão será marcada por um resumo do que aconteceu nos dois dias do Fórum, fazendo uma conexão com os resultados do primeiro seminário, realizado no ano passado, quando o Banco comemorava os seus 44 anos, e que resultou na elaboração de uma agenda, de modo a não ficar apenas como uma peça literária, estática. Essa agenda vai ser comentada aqui do ponto de vista da sua evolução, das ações e eventos resultantes dos itens nela contemplados. Ou seja, vamos fazer uma prestação de contas, como agentes do governo que somos, dos desdobramentos a partir daquela agenda que foi gerada em 1996, no primeiro evento conjugado do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e do Encontro Regional de Economia.

Como inovação motivadora para agregar maiores competências, maiores talentos, a Diretoria do Banco do Nordeste aprovou e estamos instituindo de maneira concreta – já vamos premiar os primeiros escolhidos do concurso – o Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, contemplando duas categorias: para os estudantes de pós-graduação, a partir das suas teses, e para profissionais. O prêmio gera um processo de motivação e, acima de tudo, agrega conteúdo às nossas discussões, acrescentando mais um elo de complementaridade nos debates.

Creio que não devo mais frustrar a expectativa dos senhores com o momento mais importante desta manhã, que é o pronunciamento do ministro Antônio Kandir, que será antecedido por um depoimento do nosso parceiro e amigo, membro do Conselho de Administração do Banco do Nordeste, general Nilton Rodrigues, superintendente da Sudene. Antes, ouviremos também o Dr. Antônio Maria da Silveira, secretário executivo da ANPEC, nosso parceiro na promoção deste evento.

Finalmente, desejo muito êxito e peço que se sintam em casa; o Banco do Nordeste está muito feliz em poder acolhê-los e tenho certeza que o sucesso desta manhã será a tônica destes dois dias de trabalho e terá seu coroamento no final da tarde de amanhã, sobretudo pelos desdobramentos que advirão do que for aqui debatido. Muito obrigado.

Antônio Maria da Silveira

O grande filósofo neoclássico deste século, Frank Knight, afirmou que a história faz o homem muito mais do que o homem faz a história. Outros grandes disseram o mesmo, antes e depois dele. Não obstante, creio que nesta associação entre o Banco do Nordeste e a ANPEC poderemos fazer história.

No ano passado, criamos o Encontro Regional, conjugando-o com o Fórum, num evento em que este fica com as sessões especiais, e aquele com as ordinárias. Indo além, artigos do Encontro são publicados na Revista Econômica do Nordeste.

Neste ano, crescemos ligeiramente em tamanho mas extraordinariamente em qualidade. Indo além, artigos do Encontro classificam-se para o Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional.

O entrelaçamento é complexo, engenhoso, mas ousado demais, diriam alguns.

De um lado, uma comunidade cuja motivação é o saber-como, o saber das coisas, e cujo comprometimento é com a prática. De outro, a comunidade que tem no saber-porque a sua motivação, e na teoria o seu comprometimento.

A dicotomia pode assustar. Banqueiros e acadêmicos, servidores de banco e servidores de universidade, juntos?

Creio que faremos história se, não esquecendo nossos extremos, continuarmos a reconhecer todo o espectro que nos une. Ou, talvez, mais duas categorias apenas bastem. De um lado, a prática de quem usa a teoria para esclarecer-se. De outro, a teoria de quem se atém à sua aplicabilidade prática.

Creio que faremos história se continuarmos a reconhecer as especificidades de nossa relação histórica. Não é difícil identificar assim os colegas que devem merecer cada vez mais destaque em nossa associação.

Mas creio, principalmente, que faremos história se continuarmos indo além, se continuarmos a reconhecer que o desenvolvimento do País passa pelo desenvolvimento do Nordeste. Muito obrigado.

General Nilton Moreira Rodrigues

A Sudene, parceira do Banco do Nordeste nessa luta de 45 anos do Banco e quase 40 anos da nossa Superintendência, sente-se também aniversariante nesta data e orgulhosa pelo trabalho excepcional que o Banco do Nordeste realiza em nossa região – repito até as palavras do ministro Kandir, há pouco, quando entrevistado – em particular nesses últimos anos.

Não há dúvida que toda gestão tem que ser corajosa, tem que mudar, tem que ir sempre no sentido da ação. A omissão talvez seja o maior pecado de qualquer administrador. É verdade que toda mudança traz riscos, mas pior do que isso é a omissão; e tenho visto o trabalho que se realiza no Banco do Nordeste, não só como superintendente da Sudene, mas também como co-responsável, no Conselho de Administração do Banco, do qual faço parte, vendo a luta diária dos seus funcionários, da sua administração, no sentido de uma busca continuada da ação.

Na oportunidade, congratulo-me com todos aqueles que fazem o Banco – seus funcionários, seu corpo dirigente – e repito: orgulho-me de pertencer ao Banco e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que, conjuntamente, buscam diminuir a disparidade regional, o que, certamente, nesses últimos anos tem acontecido de uma forma marcante. Poucas áreas do mundo têm um PIB de 117 bilhões de dólares e renda *per capita* de 2.600 dólares. Não é à-toa que isso acontece. É resultado de uma ação, de um esforço conjunto, em que o Banco do Nordeste esteve e está presente ao longo do tempo. Não me alongo porque, durante os painéis, vamos discutir vários desses pontos. Meu motivo é congratular-me com o Dr. Byron e sua administração e dizer da satisfação de ver o ministro Kandir prestigiando esta reunião. Muito obrigado.

PLANO BRASIL EM AÇÃO - EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Antônio Kandir

O tema que eu gostaria de abordar aqui, tendo em vista a realidade recente, seria colocar de maneira mais precisa os desafios que a economia brasileira enfrenta, e dentro disso a discussão sobre os eixos de desenvolvimento e o programa Brasil em Ação.

Mas não poderia começar esta conversa sobre os desafios brasileiros sem, antes de mais nada, registrar, com muita ênfase, a minha pessoal admiração e, na verdade, posso até dizer, a de todo o governo Fernando Henrique, pelo excepcional – a palavra excepcional aqui não é retórica, é excepcional mesmo – trabalho que o Banco do Nordeste vem realizando nos últimos anos e, particularmente, nesses últimos três anos, com a liderança exemplar do Dr. Byron.

Realmente, o Banco do Nordeste sempre foi uma entidade diferenciada do conjunto dos aparelhos do Estado brasileiro, mas devo registrar que, nesses últimos três anos, esse destaque é impressionante. Testemunho até o fato de que vários membros do 1º escalão, começando pelo primeiro deles, que é o Presidente da República, recorrentemente temos citado em várias conversas, tanto fechadas como abertas, os exemplos que o Banco do Nordeste tem dado.

O Banco do Nordeste, particularmente na gestão do Dr. Byron, tem enfrentado os problemas de gestão interna de maneira inovadora e desafiadora, e o general Nilton Rodrigues colocou um ponto fundamental: o pior pecado que um homem público pode ter é o pecado da omissão. E isso não acontece nem na Sudene, nem no Banco do Nordeste. Aqui se enfrentam os desafios com muita valentia, e esta decorre exatamente da percepção do que precisa ser feito, com uma visão clara do que precisa ser enfrentado hoje para termos amanhã um futuro brilhante.

E isso o Banco do Nordeste tem feito na administração interna e na preparação das condições para uma outra ação diferenciada. Os exemplos são notórios, quer no que diz respeito às políticas mais de longo prazo, quer no que diz respeito à operação mais imediata, podendo-se destacar o programa dos Agentes de Desenvolvimento, que realmente é uma lição para todo o Brasil.

Nós estamos, cada vez mais, observando as atuações do Banco do Nordeste, não só para acompanhar à distância e apoiar mas, sobretudo, para aprender. Temos aprendido demais com o Banco do Nordeste. Portanto, não poderia começar a nossa conversa sem registrar, com muita ênfase, a admiração pessoal e de todo o governo ao trabalho que vem sendo realizado pelo Banco do Nordeste, particularmente sob a liderança extraordinária do Dr. Byron.

Em relação aos desafios, pretendo fazer uma exposição que espero não seja longa, mas também não será muito curta, sobre os desafios atuais, procurando organizar a maneira como o governo Fernando Henrique pensa o assunto. De uma forma sintética, eu diria que, no momento, está muito claro que temos dois desafios: um desafio que é fundamental, um desafio básico; e um outro desafio importante, porém condicionado por esse desafio básico. Os dois são os destaques, os focos, obviamente, do governo Fernando Henrique, sendo um básico e o outro extremamente importante. Existem outros, certamente, mas, para deixar claro qual é a linha do governo, é bom dar destaque àqueles focos de atuação.

O desafio básico continua sendo o de consolidação do processo de estabilização da moeda. É um processo difícil, longo, mas que exige muita persistência e não está concluído – isso precisa ser dito com toda clareza. Avançamos muito, mas a questão não está resolvida completamente e não podemos descuidar disso. De certa forma, foi isso que, ontem, o Presidente reafirmou com muita clareza. Este continuará sendo, por alguns anos, o desafio básico do governo.

O outro desafio, cada vez mais importante, mas, volto a dizer, condicionado ao primeiro, é criar condições objetivas, sustentáveis, para expansão das oportunidades de renda, ocupação e emprego; progressivamente mais ocupação e renda e proporcionalmente menos emprego. Não que emprego não seja importante, mas o desafio é, cada vez mais, criar condições de ocupação e renda,

onde emprego é uma forma particular e decisiva. É que vamos, cada vez mais, viver num mundo em que os desafios das políticas são novas oportunidades de ocupação e renda.

Com relação ao desafio básico, a questão da inflação, nós podemos dizer que duas etapas importantes ou dois desafios importantes de certa forma já estão superados; e resta enfrentar dois desafios a mais, no que diz respeito à consolidação do processo de estabilização da moeda.

O primeiro avanço que já podemos considerar como feito é o fato de termos reduzido progressivamente a taxa de inflação, que teve uma queda mais forte para próximo de 20% no ano de 95; no ano passado ficou em torno de 10%; este ano realmente não deverá fugir de 7%; e no ano que vem dificilmente ficará longe de 5%.

O que importa no processo de redução, chegando à inflação de quase um dígito no final do ano passado, um dígito neste e certamente um dígito no ano que vem – e, se Deus quiser, num nível inferior do deste ano – é que se conseguiu, através desse processo, desmontar os mecanismos mais importantes, formais e informais, de indexação, que dificultavam o processo de redução da inflação, com a qual nós vivemos por mais de 30 anos. Este é um ponto que merece registro: depois de muito sacrifício, foram desmontados os mecanismos de indexação. Isto não quer dizer que o processo de inflação esteja resolvido, mas diz que estamos, agora sim, em condições de terminar a tarefa de manter a inflação sob absoluto controle. Agora estamos no jogo, antes não; estávamos vivendo com uma realidade autônoma de manutenção de taxas de inflação elevadas em função dos mecanismos formais e informais de indexação.

O segundo desafio importante que foi superado refere-se à acomodação de determinados padrões de funcionamento, principalmente no que diz respeito ao setor público e à órbita financeira de uma maneira geral, acostumados a viver com taxas de inflação extremamente elevadas por muitos e muitos anos. Como todos nós sabemos muito bem, no período de inflação alta, perdia a população de mais baixa renda, particularmente a população que tinha renda precária ou que não conseguia aplicar financeiramente de maneira minimamente protegida; e ganhavam o governo e quem conseguia fazer aplicações financeiras. Obviamente a redução drástica da inflação, num prazo curto de tempo, rompeu com uma lógica de reprodução dessas instituições e desses atores, e isso significou um desafio financeiro brutal, tanto para governos – os estados e os municípios ainda vêm enfrentando enormes dificuldades no seu ajuste, mas as etapas mais difíceis, eu diria, já foram superadas – como para o sistema financeiro.

No que diz respeito particularmente ao sistema financeiro, esse não foi um desafio pequeno e eu diria que, se há alguma coisa no processo de estabilização brasileiro que devemos estudar cada vez melhor e comparar com outras experiências de estabilização, refere-se ao fato de que, no caso da economia brasileira, se conseguiu fazer a estabilização com uma crise financeira relativamente muito pequena.

Tivemos quebras de várias instituições – três particularmente importantes e grandes no mercado – mas o custo foi mínimo se comparado a qualquer outra experiência internacional e, o que é importante, é um problema já superado. Hoje, percebemos a volta do interesse muito grande de várias instituições, inclusive internacionais, querendo agora participar mais ativamente desse mercado.

Então, esses dois problemas do curto prazo foram superados. Temos agora outros problemas, que são os de superar uma condição de ainda relativa fragilidade nas contas públicas e nas contas externas. Quero deixar bem claro o que eu entendo por fragilidade das contas públicas e das contas externas. Não me refiro à existência de déficits nas contas públicas e nem a déficits nas contas externas, particularmente déficit das transações correntes.

Quero reafirmar mais uma vez que a existência de déficits, tanto de contas públicas quanto das transações correntes, não é um problema em si. Qualquer

pessoa sabe muito bem, do ponto de vista mais imediato, familiar e empresarial, que a existência de déficits, em si, não constitui problema, principalmente numa fase em que se está superando um determinado nível de operação para um patamar superior. Quando se está num processo de desenvolvimento, ter déficit é uma questão absolutamente normal e o que é preciso é que se tenha condições de perceber, numa análise intertemporal, de longo prazo, se há possibilidades de financiamento sustentáveis, ao longo do tempo, dos déficits que se tem. Dito de outra forma: o que é preciso, olhando para uma economia como a brasileira, é examinar o conjunto das políticas públicas e saber se essas políticas públicas permitem desenhar trajetórias de variáveis críticas, do ponto de vista da avaliação de um país, e se essas variáveis, vistas nessa trajetória intertemporal, permitem manter a hipótese de que o financiamento desses dois déficits é sustentável a um prazo longo. A questão é saber isso.

Muito bem. Então, observando pelo lado das contas públicas, o que nós precisamos saber é se o governo está ou não tomando atitudes no sentido de estabilizar a relação dívida líquida do setor público sobre o PIB; verificar quais são as determinações do Presidente com relação à questão da privatização; saber qual é o padrão de gestão das contas públicas no que diz respeito à busca ou não de superávits primários. Ou seja, o que é preciso é examinar o conjunto de ações e determinações, para ver se é possível olhar para a frente e ver que existe uma variável chamada dívida líquida do setor público sobre o PIB e se ela cresce num determinado momento mas depois há razões para supor que essa relação vai se estabilizar ou até reduzir.

E por que essa relação é a relevante? Por razões óbvias. Porque a dívida implica encargos; a capacidade de honrar isso a longo prazo depende da capacidade de pagamento; e a capacidade de pagamento depende, em última instância, da receita disponível, que por sua vez depende do produto. Então, se nós tivermos uma trajetória cadente, no futuro, da relação dívida sobre PIB, se é possível olhar isto, então não há problema de se ter um déficit momentâneo. Essa é a situação da economia brasileira e já falo sobre isso.

A outra questão diz respeito à existência de déficit de transações correntes. Aí de novo o foco é olhar não o déficit, mas o conjunto de políticas – daí a importância de examinar o programa Brasil em Ação e o que nós estamos fazendo do ponto de vista de políticas de financiamento, o que nós estamos fazendo em termos de política tributária – para ver se a variável relevante para determinação das condições de sustentabilidade a longo prazo do financiamento das contas externas é adequada ou não. E aí a variável que nós temos que considerar é o passivo externo líquido sobre exportações. Por que essa é que é a variável relevante? Porque, obviamente, o passivo externo líquido implica compromissos a um prazo mais longo e, em termos cambiais, eles precisam ser honrados pela nossa capacidade de exportações.

Vale a pena registrar também que o que é preciso ver não é se nós vamos ter um déficit de transações correntes de quatro ou quatro e meio por cento do PIB, ou se esses quatro ou quatro e meio vão crescer no ano que vem, mas olhar o conjunto de políticas e ver se nós vamos ter essa relação, em algum momento, se estabilizando e, depois, eventualmente decrescendo. Vou procurar explicar aqui, rapidamente, como é que nós estamos fazendo isso. Quanto à questão da relação dívida líquida sobre PIB, para ver a questão de sustentabilidade do financiamento dos déficits das contas públicas, é preciso reconhecer que nós temos de fato uma situação que é desafiadora. Por que é uma situação desafiadora? Porque nós temos um conjunto de dívidas do governo pagas em reais, ou que dependem da existência de reais para compra, eventualmente, de cambiais, no que diz respeito à dívida externa, que, se fizermos a média ponderada das taxas de juros correspondentes a esse conjunto de dívidas – é uma quantidade enorme de contratos; são mais de 30 tipos de contratos de dívidas que o governo tem – a taxa de juros média em termos reais é da ordem de 8% do PIB. Enquanto isso, é

irrealista imaginar que nos próximos dez anos, por mais que façamos reformas, por mais que melhoremos as condições de competitividade, por mais que se desenvolvam as condições da economia brasileira, venhamos a ter um crescimento do PIB, na média, superior a 6%. Estou dizendo em dez anos, para analisar nessa perspectiva temporal; nos primeiros anos obviamente o crescimento é muito menor. Mas é impossível imaginar crescer a mais de 6%.

Ora, se eu tenho a taxa de juros a 8% e o PIB crescendo a 6%, por constatação óbvia eu vejo que a relação dívida sobre PIB tende a ser crescente, tudo o mais constante. Então é preciso ter políticas claras, indiscutíveis, para dar o sinal de que essa trajetória, imaginada a partir da constatação da comparação da taxa de juros e do PIB, que seria crescente, ela vai de alguma maneira ser cadente a um prazo mais à frente.

E aí não há mágica; a única ação possível é exatamente fazer um esforço forte de privatização para poder abater a dívida. E ao lado disso, dado o montante dos nossos compromissos, nós precisamos também gerar um superávit primário do governo. É preciso fazer as duas coisas e nós estamos nos estruturando para isso. O governo brasileiro tem acelerado fortemente o programa de privatizações. No último ano e meio temos de resultados, entre vendas de ativos e cancelamento de passivos, US\$ 15 bilhões; e nós temos condições de, no triênio 97, 98 e 99, fazer, só no que diz respeito à venda de ativos, um esforço de US\$ 74 bilhões.

E isso tem que ser orientado para o que o Presidente disse: para reduzir a dívida, para sinalizar que os déficits que nós temos têm condições de ser financiáveis de maneira sustentável. Agora, como disse, não basta só a privatização para amortecer o ritmo de crescimento da dívida. Ao lado disso, é preciso gerar superávits primários, e a nossa meta no que diz respeito ao governo central, nesse ano, é gerar um superávit de 0,8% do PIB e estimular para que as outras esferas de governo possam contribuir para um resultado primário global de 1,5%.

A par disso, há a questão do passivo externo líquido sobre exportações. Sobre isso eu pretendo falar um pouco mais à frente. O que importa dizer é que nós estamos desenvolvendo uma série de ações – sobre as quais eu vou falar na segunda parte da minha exposição – que nos permitem hoje, realmente, perceber que existem condições para aumentar as nossas exportações.

Mas vou falar um pouco mais sobre as questões de curto prazo. Deste ponto de vista, os senhores sabem muito bem que temos condições de financiamento adequado do déficit de transações correntes. Isto se dá pelo forte movimento de investimentos estrangeiros, que hoje são estimulados por duas vias. De um lado, pelas privatizações, pois a perspectiva de se ter um grande movimento de privatizações autoriza dizer que existe uma entrada de investimentos estrangeiros cada vez maior, decorrente delas; de outro lado, por uma série de circunstâncias que permitem imaginar um futuro melhor, do ponto de vista de mercado interno, e que atraem investimentos.

Por esses dois lados, o investimento estrangeiro tem crescido, e crescido de maneira expressiva. Até 93, nós tínhamos de investimento direto algo entre 1 bilhão e meio, no máximo dois bilhões de dólares como média anual; hoje, nós já estamos a 14 bilhões de dólares e, certamente no ano que vem, a entrada de capital de investimento direto estrangeiro vai superar 20 bilhões de dólares. Ao lado disso, o financiamento a um prazo mais longo, do ponto de vista externo, tem aumentado.

Mas eu dizia que não basta só financiar os déficits das transações correntes a um prazo mais longo. Se no curto prazo, as condições de financiamento estão dadas, por outro lado, a um prazo mais longo, temos pagamentos a maior de royalties e de juros correspondentes aos empréstimos feitos. É preciso, necessariamente, aumentar as exportações. E o nosso desafio para estabilizar a relação passivo externo sobre exportações é conseguir, em 97, 98 e 99, fazer crescer nossas exportações algo em torno de 7,5% ao ano; e a partir de 99 até

2002, estar crescendo na faixa de 12%. E isso é possível. Eu vou comentar mais à frente como não só é possível mas já está começando a acontecer.

Bem, mas talvez seja melhor falar sobre isso colocando a segunda questão, que é: como expandir as oportunidades de ocupação, renda e emprego? E aqui temos dois tipos de ações: as de natureza estratégica e as de natureza tática. Falarei mais das estratégicas e menos das táticas. As estratégicas são basicamente duas. Para a economia poder crescer mais, precisamos fazer dois esforços, além, obviamente, do condicionante fundamental de ter a moeda estável. Um é o aumento da poupança interna e outro o aumento das condições de competitividade da economia brasileira.

No que diz respeito ao aumento da poupança interna, há todo o esforço do governo no que diz respeito à legislação do mercado de capitais e, sobretudo, na reforma administrativa e na reforma da previdência, de forma a aumentar a poupança interna. Não é um processo trivial, como todos os senhores sabem, por razões políticas muito objetivas, mas a verdade é que o governo tem se empenhado fortemente nessa área e tem conseguido avanços bastante razoáveis. Não são os ideais, mas temos conseguido avançar e, certamente, com o crescimento das condições de governabilidade, que tendem a aumentar, à medida que a perspectiva política vai se consolidando em torno de determinado eixo de poder, então vão sendo criadas condições progressivas para que as reformas sejam feitas.

Bem, ao lado das reformas, que não é o objetivo maior da nossa conversa aqui, existe a questão do aumento das condições de competitividade. Não basta aumentar as condições de poupança interna; é preciso investir nas condições de competitividade e, para isso, há várias ações possíveis e necessárias. Eu destacaria três:

Primeiro, melhorar o nosso sistema tributário, que foi pensado para uma economia fechada e não para uma economia aberta. Nosso sistema tributário tem um viés pró-importação – ou tinha um viés forte pró-importação, que tem diminuído um pouco mas pode diminuir mais – e um viés anti-exportação.

De certa forma, alguma coisa nós já fizemos, embora haja ainda o que fazer. No final de 95, mudamos a legislação do Imposto de Renda, simplificando e reduzindo suas alíquotas; fizemos mais recentemente, em setembro do ano passado, uma mudança bastante razoável na legislação do ICMS, com a implantação da lei complementar 87, que não só retirou o ICMS dos semi-elaborados – é interessante como a imprensa, de uma maneira geral, trata essa lei apenas como lei da desoneração dos impostos do setor agrícola, quando, na verdade, ela é muito mais profunda do que isso, porque na verdade, na prática, transformou o ICMS num imposto sobre consumo final interno, uma vez que criou a possibilidade de crédito pleno do ICMS correspondente às operações relativas ao ativo fixo; além disso, essa lei eliminou as diferenças entre crédito físico e financeiro e permitiu se ter créditos ao longo de toda a cadeia produtiva, significando que, hoje, estamos tendo performance positiva de exportações não só de soja e de café, que obviamente são as mais importantes, mas estamos tendo, hoje, ganho de exportações em percentagens importantes, no ano de 97, em calçados, veículos de passageiros, veículos de carga e outras áreas. Ou seja, um dado importante de conjuntura mais momentâneo, que as pessoas ainda não prestaram atenção, é que nós já estamos ganhando em termos de exportação de manufaturados no ano de 97.

Segundo, mudar as políticas de financiamento – e aqui vou falar de um parceiro do Banco do Nordeste, pois o Banco do Nordeste opera com as linhas de financiamento desse agente, que é o BNDES. Estamos fazendo inúmeras mudanças na maneira como o BNDES trabalha e, o mais importante, nas taxas de juros por ele praticadas. A TJLP, que tinha uma gordura especial até, mais ou menos, setembro ou outubro do ano passado, em novembro sofreu uma mudança importante. Ela corria na faixa de 14% e fizemos mudanças na sua base de cálculo, reduzindo-a para 11%. A partir do dia 1º de agosto, estamos mudando no BNDES

não só a forma operacional de aprovação de vários créditos, como reduzindo os *spreads*, tanto básicos como de risco, o que vai permitir que ele, a partir de agosto, possa começar a fazer operações para as áreas mais estimuladas, na faixa de TJLP mais eventualmente 1% de *spread* básico e mais 0,5% de *spread* de risco, para aquelas empresas com um risco menor.

Nós estamos falando de uma taxa de juros nominal, a partir agora de agosto, na faixa aí de um pouco mais de 11%. Significa que se houver uma inflação de 7%, é uma taxa de juros real de 4%, o que é comparável. por exemplo, a uma empresa americana pegando um empréstimo a *treasury bond* mais 0,5% que, tirando 2% da inflação doméstica, dá 4%; ou seja, a taxa de juros para um empréstimo de longo prazo que, há um ano e meio, era três vezes maior internamente do que externamente – no caso, por exemplo, de uma empresa americana – agora a partir de agosto tende a começar a evoluir de maneira normal.

E nós não estamos falando de poucos recursos, uma vez que, no caso específico do BNDES, estamos falando de operações que devem superar algo em torno de US\$ 10 bilhões/ano, e vão ajudar também, além da questão tributária, a colocar uma situação mais competitiva, do ponto de vista de financiamento de longo prazo. Agora, de pouco adianta melhorar a questão tributária, a questão financeira, a gestão e a produtividade dentro das empresas, se houver uma infraestrutura *lato sensu*, física e humana, de baixa qualidade.

Existe, portanto, todo um desafio de ganho de competitividade sistêmica, daí a importância simultânea do programa de privatizações e do programa Brasil em Ação. O que é importante é, de um lado, estimular os investimentos em infraestrutura física – e a privatização ajuda muito nisso, mas não é suficiente – e, de outro, criar condições de ação articulada entre setor público/setor privado, para investir em áreas onde, eventualmente, só o esforço de privatização não é suficiente para estimular os investimentos. Por isso, o governo do presidente Fernando Henrique organizou uma agenda objetiva com 42 projetos, sendo 26 na área de infra-estrutura física e 16 na área social, para criar condições de se ter, não só uma infra-estrutura física melhor, como melhores condições de transporte, de informação, de energia etc, mas também ter uma mão-de-obra com qualidade cada vez maior, mediante programas objetivos nas áreas de educação, saúde, saneamento e assim por diante.

Esses projetos – que não vou obviamente expor aqui em detalhes, mas explicar a sua essência – partem de uma perspectiva de que é preciso aumentar a integração interna do País e a sua integração com os demais países da América do Sul. Estamos num processo de um enorme desafio de busca de competitividade, e essa busca passa, no caso do Brasil, por um esforço enorme de integração interna e de integração com os demais países, particularmente da América do Sul. Nesses projetos os senhores vão ver que, por exemplo, a parte de transportes acaba tendo peso muito importante: temos quatro projetos só na área de hidrovia e mais três na área ferroviária, que hoje passam a ser muito mais relevantes, tendo em vista o fato de que, estando a inflação mais baixa, as vantagens do transporte hidroviário e ferroviário comparados com o rodoviário aumentaram muito, permitindo fazer a integração física do País de uma maneira muito mais barata e, mais do que isso, aumentando as condições de exportação, principalmente de produtos de natureza agroindustrial.

Esses programas chegam ao total, no caso do biênio 97/98, de R\$ 54 bilhões. Para este ano implicam em R\$ 31 bilhões, que correspondem aos investimentos como um todo, mas do ponto de vista do orçamento fiscal são só R\$ 3,7 bilhões. Na verdade, nós fazemos sempre um processo de articulação em que se definem claramente os papéis de cada um e trocamos informações através de um sistema de gerenciamento muito objetivo e obsessivo pelos resultados.

Ou seja, foi feito o seguinte: o Presidente da República definiu, com absoluta clareza, um gerente para cada projeto. Esse gerente é o articulador de um sistema de informações que liga o Presidente da República, os ministros envolvidos, os

agentes financeiros mais diretamente responsáveis em cada um desses projetos. Esse sistema de informações é atualizado no computador duas vezes por dia. O que se procura fazer é estabelecer com muita clareza e de maneira muito sintética quais são os gargalos que podemos ter em cada um dos projetos, do ponto de vista financeiro, legal, ambiental e assim por diante.

A partir dessa definição, o Ministério do Planejamento passou a ter a capacidade de definir, dentro da programação financeira do orçamento, qual é a disponibilidade financeira para cada um dos projetos, com base em informações objetivas, nos resultados alcançados e na capacidade de indicar com objetividade quais são os obstáculos e de resolver as questões. Ou seja: na programação financeira, existe uma programação por ministério, uma outra para o conjunto dos programas do Brasil em Ação e, a partir daquelas informações, o Ministério do Planejamento indica para o Ministério da Fazenda a liberação conforme o andamento de cada um dos projetos.

Isso tem permitido uma extraordinária aceleração dos projetos, a ponto de podermos dizer que praticamente todas as metas dos 42 projetos do Brasil em Ação vão ser concluídas até o final de 98, sendo que sete programas vão mais que superar as metas. Começamos esse processo imaginando que os projetos de natureza física, pela maior tradição de gerenciamento na área de infra-estrutura, iam andar melhor que os sociais, que no começo, de fato, estavam indo devagar. Mas, para enorme satisfação do governo, depois de um ano de gerenciamento, o que está acontecendo é que os programas sociais estão, na verdade, superando as metas e começando a andar de uma maneira extremamente rápida.

Um exemplo é o programa de treinamento de mão de obra: a meta era treinar 650 mil pessoas por ano; nós já estamos treinando 1 milhão e 100 mil pessoas por ano. Outro exemplo é o programa de distribuição de dinheiro na escola: nossa meta era chegar a 200 mil escolas no final do ano de 98 e já atingimos 153 mil escolas recebendo o dinheiro diretamente. No programa de educação a distância, a meta era alcançar 50 mil escolas e já estamos com 44 mil; na área de habitação, o programa chamado carta de crédito começou lento, devagar, mas, para os senhores terem uma idéia, no 2º semestre de 96 foram firmados – não é emissão de carta de crédito – 1.400 contratos por mês; passamos no começo deste ano para 5 mil; no bimestre passado chegamos a 8 mil contratos, depois a 11 mil e já estamos chegando a 20 mil contratos por mês. A meta era 200 mil contratos de carta de crédito até 98. O Presidente terça-feira vai comemorar 100 mil contratos e, até o final de 97, vamos atingir, com um ano de antecedência, a meta estabelecida.

O Presidente tem dito, e nós estamos procurando seguir essa orientação, que, no caso da ação pública, o problema é cada vez menos a questão dos recursos e mais de gerenciamento. É isso que o programa Brasil em Ação procura fazer. E agora estamos partindo para uma segunda etapa, para a qual vamos divulgar brevemente um edital, que pretende estudar 12 eixos de desenvolvimento, olhando cinco anos para trás e cinco anos para a frente, identificando os gargalos e os elos faltantes para o desenvolvimento em torno desses 12 eixos, a partir de cinco ângulos de análise: econômico, social e demográfico, ambiental, legal e de informação e conhecimento. Desses 12 eixos de desenvolvimento, três deles estão intimamente ligados à região Nordeste. Um eixo é toda a costa litorânea; o outro é o eixo basicamente em torno do rio São Francisco; e o terceiro, que nós poderíamos chamar de eixo Transnordestino, vem do São Francisco e vai, de um lado, em direção a Suape e, de outro lado, a Pecém. Então, o nosso objetivo é estudar quais são as tendências dos próximos cinco anos e é isso o que estamos começando agora.

Vou tentar concluir rapidamente dizendo que essas iniciativas do ponto de vista de ganho de competitividade, no que diz respeito à infra-estrutura e aos avanços na área tributária e na área financeira permitem realmente vislumbrar uma trajetória de crescimento sistemático das exportações. Como disse, a nossa meta no triênio 97/99 seria crescer em torno de 7,5% ao ano, e este ano já estamos

crescendo a 8,9% nas exportações, se compararmos de 1º de janeiro até esses últimos dias com o período correspondente no ano passado.

Então é possível, dentro de uma visão estratégica, associada ao esforço de aumento da poupança interna, criar condições para o aumento de competitividade; e o programa Brasil em Ação se insere nesse contexto.

Finalmente, não quero deixar de registrar que a busca por aumento nas condições de ocupação, renda e emprego é a ação estratégica que vai decidir o jogo. Do ponto de vista tático, há muita coisa que o governo pode fazer e está fazendo. Em primeiro lugar, o Ministério do Trabalho, como disse anteriormente, está com uma ação muito forte no que diz respeito a treinamento e formação de mão-de-obra, fazendo com que as metas estabelecidas originalmente estejam sendo superadas com muita rapidez.

Ao lado da necessidade de crescimento, o governo pode e deve estimular ações no sentido de fazer com que aqueles setores altamente empregadores de mão-de-obra possam crescer fortemente. E os três setores importantes são a agricultura, a construção civil e o turismo, daí a importância do PRODETUR.

Na construção civil, nós estamos desenvolvendo ações em várias áreas, que vão da flexibilização da forma como funciona o sistema financeiro da habitação (SFH) - temos novidades para apresentar brevemente - até a melhoria do gerenciamento dos programas, na área de habitação e saneamento. A carta de crédito é um desses projetos, mas existem outros quatro.

Além disso, nós estamos apresentando ao Congresso Nacional uma proposta de mudança no sistema de financiamento na área de habitações e de construção civil, que prevê a criação de um sistema de financiamento imobiliário, que vai funcionar ao lado do SFH, cujas regras facilitarão o surgimento de empresas que tenham propósito específico de comprar créditos imobiliários e, com base nesses créditos, securitizá-los e emitir títulos que possam ser comprados por agentes investidores institucionais que normalmente não operam diretamente na construção civil. Basicamente a essência da proposta é muito simples: liberar o mercado, os contratos na área de construção civil, na área imobiliária, e permitir o surgimento, com segurança, de operações de securitização de maneira sustentada.

Em resumo: treinamento de mão-de-obra; estímulo a setores altamente empregadores, como agricultura, turismo, construção civil; os investimentos coordenados pelo governo através, particularmente, do programa Brasil em Ação e de estímulo ao setor privado; e por último, não podia deixar de falar, um forte estímulo aos pequenos empreendedores, ou seja, às pequenas e médias empresas. O governo tem várias linhas de atuação, desde o crédito produtivo popular ao PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda - que, diga-se de passagem, está superando as metas, e ao programa de estímulo à criação de pequenas e médias empresas, mediante ações tributárias e políticas de crédito.

Nesse particular, acho que a experiência do Banco do Nordeste referente aos Agentes de Desenvolvimento é um exemplo claro de tipo de política voltada para a questão de formação de novos empreendedores, de pequenos empreendedores que possam, na verdade, ter uma ação do ponto de vista de ocupação e renda mas, também, no que diz respeito à criação de uma rede de pequenos operadores, que podem dar flexibilidade maior à ação de outras empresas, grandes ou pequenas, o que é também uma das condições de competitividade.

Com isso eu concluo, fazendo um rápido sumário do que foi dito: o governo tem absoluta preocupação com a questão de emprego, ocupação e renda e, para avançar nisso, as ações decisivas são aquelas que permitem aumento da poupança interna e ganho de competitividade; o governo pode atuar no curto prazo, através de várias ações táticas como procurei sintetizar aqui, mas condicionando tudo isso estão as políticas que dizem respeito à consolidação dos processos de estabilização da moeda e, para isso, é preciso realmente fazer um esforço forte para a superação das condições de fragilidade nas contas públicas e nas contas externas; as políticas do governo permitem ter uma visão positiva e com isso descarta-se completamente

qualquer tipo de comparação da situação brasileira com países de outras regiões que, infelizmente, vivem em dificuldade, reiterando que a nossa situação é bastante segura e não há razão para nenhum temor maior. O temor, a preocupação sempre existem em função de uma crise mais geral, mas é muito pouco provável que ela ocorra. A situação do México, em 95, mostrou que a capacidade de resposta da comunidade financeira internacional é rápida. Não acreditamos que isso possa se generalizar e, não se generalizando, não há por que o Brasil se preocupar, porque o país, como diz o presidente Fernando Henrique Cardoso, tem rumo, esse rumo está claro e nós vamos conseguir superar as dificuldades. Muito obrigado.